

ATA Nº4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 15 de Setembro de 2012

No dia quinze de setembro do ano de dois mil e doze, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da ata da 3ª sessão ordinária, realizada no dia 23 de junho de 2012;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

4.2 - Proposta de lançamento da derrama e da definição da respetiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2012, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2013;

4.3 – Proposta de fixação, para o ano de 2013, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2, do artigo 106º, da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro;

4.4 – Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2013;

4.5 – Proposta de reorganização administrativa do território das freguesias do concelho de Montalegre;

5 – Período após a ordem do dia.

Efetou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 49 (quarenta e nove) membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calvão, Luís Carril, Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, Clotilde Gomes, Ana Isabel Dias, Carla Rodrigues, Rui Alves, Filipa Alves, Sónia Fernandes, Acácio Gonçalves, José Carlos Costa, Márcio Azevedo, Sandra Gonçalves, Pedro Giesteira, Jorge Fernandes, José Acácio Moura, Manuel

Antunes, António Miranda, António Dias, Alberto Fernandes e Manuel Gonçalves.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando José Gomes Rodrigues, estiveram presentes os Vereadores Manuel Orlando Fernandes Alves, António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz, Adelino Augusto Santos Bernardo e Duarte José Crespo Gonçalves.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, João Surreira, Manuel Ramos, Francisco Surreira, Márcio Azevedo, António Cascais, Pedro Giesteira, Manuel Antunes, António Dias, Manuel Gonçalves e Paulo Pinto.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Filipa Alves, Sónia Fernandes e José Carlos Costa.

Registando-se quórum, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da ata da 3ª sessão ordinária, realizada no dia 23 de junho de 2012.

A ata da sessão ordinária do dia 23 de junho de 2012 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação a ata foi aprovada por maioria com uma abstenção.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou autorização à Assembleia para agendar, em aditamento à Ordem de Trabalhos, os seguintes pontos:

4.6 – Alteração aos documentos previsionais, ano 2012. Para Conhecimento.

4.7 – Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Montalegre, aprovado para o ano de 2012 / criação de 12 postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, destinadas a assegurar as atividades de enriquecimento curricular (AEC), nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico do Agrupamento de Escolas de Montalegre.

4.8 - Proposta de abertura de procedimento concursal destinado à contratação excecional de doze técnicos, em modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo

parcial, destinadas a assegurar as atividades de enriquecimento curricular (AEC), nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico do Agrupamento de Escolas de Montalegre, ano letivo de 2012-2013.

Deliberação: O agendamento foi autorizado por unanimidade.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, António Cascais, Fátima Crespo, Domingos Vasconcelos, Ricardo Moura, Pedro Barroso, Amadeu Dias e Francisco Surreira.

O deputado João Soares falou num programa televisivo “Cinco para a meia noite”, transmitido pela RTP onde apareceram os autores do livro intitulado “Má despesa pública” e onde é referida a despesa nas entidades públicas incluindo a Presidência da República. Depois de referidos vários maus exemplos com os dinheiros públicos disse que ficou muito agradado ao ouvir que a Câmara de Montalegre é exceção à regra. Deu os parabéns ao executivo e gostou de ver o Município de Montalegre mais uma vez enaltecido.

O deputado António Cascais disse que o momento que o país vive é fruto de uma governação de 20 anos desorganizada, sem projeção e sem planeamento que nos conduziu a esta situação. Na senda de grupos de interesses evitam que certas e determinadas reformas sejam tomadas. É uma geração que gastou tudo aquilo quanto os nossos antepassados conquistaram, e pior do que isso, transferimos para os nossos filhos, uma dívida por mais de quarenta anos.

Perguntou qual a intenção da Câmara com a plantação de couves na quinta da veiga e disse que anda o boato que os funcionários da câmara vão de madrugada para Xinzo de Limia plantar couves.

Referiu que há um ano atrás foram desligados alguns postes de eletricidade por todo o concelho, medida com a qual até concorda. Aquilo que não gosta de ver é que muitas vezes à porta das pessoas não há luz e que o chocou o fato de na pista automóvel ter havido iluminação quando não houve grande atividade.

A deputada Fátima Crespo disse que ficou indignada com o artigo que o Vereador Duarte Gonçalves escreveu num jornal local sobre a sua intervenção na última sessão da Assembleia Municipal. Disse que em toda a sua vida académica e profissional nunca precisou de cábulas e nem que fizessem o seu trabalho por ela. Sempre prezou pela excelência e foi com muito carinho que se dedicou à educação. Não é agora, já reformada, que admite lições de moral de uma pessoa que tem idade para ter sido seu aluno.

O deputado Domingos Vasconcelos falou na levada de um caminho em Sidrós que está entupida e que levantou o piso constituindo assim um perigo para os utentes. Pediu que o Senhor Presidente da Câmara chama-se os serviços técnicos para lhe dar um arranjo.

O deputado Ricardo Moura disse que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe tinha entregue um documento onde constava que a população de Meixedo não aceitava a população da freguesia de Padornelos.

Quando a lei previa no mínimo 500 residentes a população de Meixedo perguntou aos de Padornelos se aceitavam a integração de Meixedo. Agora andam abaixo assinados para não quererem os de Padornelos. Pensa que deve

haver alguma honestidade e sensibilidade para com a população da sua freguesia, pois nunca houve atritos entre freguesias. Esclareceu que o dinheiro na sua freguesia nunca foi desperdiçado. Foi a única freguesia que desenvolveu porque foi a primeira a alargar os caminhos agrícolas para lá poderem ir as máquinas. Padornelos acompanhou sempre o desenvolvimento pois foi a primeira aldeia a colocar para-raios. Terminou a sua intervenção dizendo que Padornelos não faz mal ninguém nem quer prejudicar a ninguém.

O deputado Pedro Barroso disse que não teve acesso a qualquer abaixo-assinado mas pensa que em lado nenhum está escrito que Meixedo não quer receber Padornelos. Pensa que não há mal nenhum e Meixedo também recebe bem.

Sabe que a Câmara de Chaves está a atribuir bolsas de estudo a universitários e pergunta à Câmara de Montalegre se não quer seguir este exemplo. Perguntou se o centro escolar já vai iniciar este ano e de que forma.

Relativamente ao consumo de energia pareceu-lhe exagerado para a pouca atividade que ali há.

O deputado Amadeu Dias perguntou porque é que os alunos da freguesia de Ferral têm que ir para outra escola quando a da sua freguesia tem todas as condições.

O deputado Francisco Surreira pensa que, como o concelho de Montalegre deixou de ganhar dinheiro com a batata de consumo, se deveria apostar em outras áreas, e deu a produção pecuária como exemplo.

Entregou o seguinte documento à Mesa: "O concelho de Montalegre é um concelho em que maior fonte de receita está na produção pecuária. Isto é para chamar à atenção de que será necessário criar incentivos aos jovens para se fixarem nas suas explorações ou optando por explorações alugadas e ainda no maior apoio às explorações em atividade.

Alerto para esta situação uma vez que se fala muitas vezes no turismo e na atividade pecuária que pode entrar no nosso concelho muitos milhares de euros e nem pela rama se toca. A título de exemplo tenho a dizer que no ano 2000 havia 1417 explorações com um efetivo de 12.750 bovinos. No ano de 2010 havia 882 explorações e um efetivo de 7853 animais adultos. Em relação a esta diferença entre o ano 2000 e 2010, o concelho de Montalegre perdeu um montante aproximado de 1.221.500 milhões de euros. Olhando a estes valores, pergunto se não devemos pensar mais e dar outra atenção a este problema.

No seguimento vou tentar explicar o porque deste volume de dinheiro que poderia entrar e não entra: numa exploração com 5 bovinos adultos e com uma área de cinco hectares, sendo dois hectares de lameiros e 3 de baldio, esta exploração se estivesse ativa recebia os valores em subsídios num total aproximado de 3.380 euros.

Este total é encontrado da seguinte maneira: até 3 animais adultos recebiam 320 euros cada; os outros 2, 150 euros cada, 2 hectares de lameiros feno, 150 euros cada, 5 vacas aleitantes, 230 euros cada, 4 vitelos, 150kgsx 4.50€ =670 Euros. Isto num total de 3.380 euros.

Nos pequenos ruminantes as compensatórias têm o mesmo valor dos bovinos sendo 8 animais uma cabeça normal. Além das compensatórias, cada animal ainda recebe sendo ovelha, 20 euros e cabra 17 euros.

Quanto aos incentivos, a facilidade para obter autorização para construção de novas instalações ou adaptação de instalações antigas, assim como facilitar a construções em terrenos da exploração.

Autorização para construção em terrenos baldios e aqui podemos incluir as juntas de freguesia e os conselhos diretivos dos baldios.

As infra estruturas tais como água, eletricidade e acesso ser executados pela autarquia e junta de freguesia e conselho diretivo. Elaboração de projeto de construção oferecido pela Câmara, retomar a feira Agro Barroso, maior divulgação na imprensa não só de alguns produtos mas de todos os produtos animais. Premiar os restaurantes e comércios do concelho que mais divulguem os produtos da região. Assinado, o deputado Francisco Afonso Surreira.”

O Senhor Presidente da Câmara prometeu ser breve porque pensa que todos querem ir para a manifestação contra o Governo e contra a Troika.

Sobre o livro que o deputado João Soares falou pensa que há ali alguma demagogia. Vamos-lhe dar o valor que ele tem mas sem considerar que é um Corão ou uma bíblia. É claro que ficou orgulhoso que apareça o exemplo da Câmara de Montalegre mas pensa que mais alguns exemplos deveriam constar. Isto dá-nos algum alento e vamos continuar no caminho do rigor. Mas ainda sobre o livro disse que é lá referida a má despesa pública que na sai opinião é boa despesa porque ajuda as pessoas e as economias de interior.

Sobre a intervenção do deputado António Cascais e sobre o estado do País disse que aquilo que mais custa é a mentira. Fez-se uma campanha terrorista, chamando mentiroso ao anterior primeiro-ministro, disseram que o País não aguentava mais medidas de austeridade e em quatro meses de Governo puseram tudo ao contrário.

A culpa do investimento público que se fez ao longo destas décadas não é só culpa dos políticos. Nós também quisemos as auto estradas que se foram construindo para desenvolver o país, mas agora temos que as pagar. E aquilo que se deu aos bancos não desgraçou o país? Perguntou porque é que não se toma uma medida como se fez em França onde se taxou a 75% as grandes riquezas.

Disse que compreende a angústia do deputado António Cascais mas tem esperança que um dia isto corra melhor. A dívida do país tem que ser paga mas os que tem mais devem ajudar mais não pode continuar tudo a cair nos pequenos.

Em relação à plantação das couves na quinta da veiga, que se iniciou o ano passado, disse que correu bem. Existe um protocolo entre a Câmara de Montalegre e o INORDE e é por essa razão que se estão a plantar couves em Xinzo de Limia. É uma experiência que está a ser feita para ter couves mais cedo em Montalegre e mais tarde em Espanha. Vamos ver se resulta. Disse que o objetivo é a promoção e as reportagens nas televisões mostram que foi boa aposta.

Sobre a pista automóvel disse que a Câmara tinha cedido gratuitamente a uma associação da terra para a prática de kartings. Pensa que a intervenção do deputado António Cascais revela mesquinhez e que não faz sentido pois trata-se de uma associação da terra. Quando é cedida aos de Vila Real, aí já não dizem nada.

Sobre a iluminação pública disse que as pessoas querem a luz acesa e os presidentes de junta também e que usam todo o tipo de argumentos para convencer o Presidente da Câmara a ligar os candeeiros.

Sobre a intervenção da deputada Fátima Crespo acrescentou que há gente no PSD que pensa que sabe tudo e minorizam toda a gente fazendo até o enxovalho pessoal. Disse ao senhor Vereador Duarte Gonçalves para deixar de enxovalhar as pessoas porque ele próprio já tinha levado que chegasse.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que a obra que ele referiu foi retardada porque apareceram problemas com as tornas da água. Disse que temos que ser menos piegas e mais realistas.

Sobre a intervenção do deputado Ricardo Moura disse que ele tinha falado sobre a falta de coerência de algumas pessoas. Em seu entender aquilo que não devia acontecer é falta de civismo. Ser uma junta de freguesia a dizer que não quer lá ninguém é uma vergonha política e cívica.

Ao deputado Pedro Barroso disse que a Câmara de Montalegre já teve implementada a bolsa de estudo a universitários, mas terminou-se com elas porque acabavam por acumular com as do Governo e alargar o critério também não era exequível. Podemos implementar um prémio que dê algum incentivo aos melhores estudantes. É um assunto a ser discutido. Disse ainda que há Câmaras que atribuem essas bolsas de estudo mas não têm as despesas com a educação que a Câmara de Montalegre tem. Não dão, por exemplo, o material de desgaste para o pré e para o 1º ciclo, como a Câmara de Montalegre faz.

Sobre o Centro Escolar afirmou que era para ser inaugurado no dia 5 de setembro pelo senhor Presidente da República, mas dada a conjuntura do país a visita foi cancelada. Sobre o início do ano escolar não prometeu que fosse sossegado porque com a Dra. Guilhermina Costa a mandar na escola não augura bom sucesso.

Sobre a intervenção do presidente da Junta de Ferral disse que são os pais que querem os filhos na escola da Vila da Ponte. Se quiserem ficar em Ferral disse que é uma solução possível.

Sobre a intervenção do deputado Francisco Surreira desafiou o PSD a apresentar soluções e que dissessem em concreto aquilo que querem vender. O PSD já criticou a Câmara por esta promover o cozido barrosão. Temos a bitola do fumeiro alta e tentamos fazer o mesmo com o cabrito, mas não resultou porque não havia cabrito nem nos restaurantes nem na própria feira. Deve-se apostar na produção do cabrito pois é um produto que está sempre vendido. Referiu ainda que esta câmara tem apoiado e estimulado o apoio à produção pecuária dentro das suas possibilidades. Foram disponibilizados pelo governo 700 milhões de euros para a agricultura e 150 agricultores ficaram com 1/3 desse dinheiro. É isto que tem que ser combatido pois a repartição deve ser equitativa. Mas lembrou que a Câmara faz caminhos agrícolas, promove a ruralidade, dá o subsidio da sanidade, promove a gastronomia e o turismo para que se vendam os produtos locais. Realçou que nenhuma outra Câmara tem iniciativas como a Feira do Fumeiro e a Sexta 13 de Montalegre.

A Câmara está aberta a propostas para apoio a produção pecuária é a sua promoção pois não é possível ao país viver sem agricultura, muito menos à região.

Finalizou perguntando ao PSD aquilo que quer mas que discutam primeiro uns com os outros, em locais próprios, para ver se conseguem funcionar como partido.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados António Cascais, Domingos Vasconcelos e Francisco Surreira.

O deputado António Cascais disse que não está na vida política só para aplaudir e quando não se tolera os desalinhamentos, alguma coisa vai mal na democracia. A linguagem que o Senhor Presidente da Câmara utilizou em sua defesa, em comparação com as palavras que o Dr. Duarte Gonçalves utilizou são pancadas de amor. Senão veja-se a linguagem que o Presidente da Câmara usa para quem não concorda com ele.

Se sabemos que não estamos certos temos que pedir informações ao Presidente da Câmara. As pessoas por serem militantes de determinado partido não deixam de ser cidadãos e é no âmbito dessa cidadania que nos devemos pronunciar sobre aquilo que discordamos.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o Presidente da Câmara deveria mandar limpar as ruas e que o saneamento prometido anteriormente, vai ser promessa eleitoral para 2013.

O deputado Francisco Surreira, sobre a feira do fumeiro e a sexta 13 disse que concorda com esses eventos e que deveriam ser aproveitados para promover outros produtos locais.

Disse que deveria ser feita uma mini agro- barroso para a promoção de outros produtos.

Relativamente ao pagamento da sanidade animal pensa que se fosse pago diretamente às associações seria mais fácil.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o executivo e maioria não espera que a oposição elogie a sua ação mas quando faz a menorização de algumas pessoas e depois se vitimiza, perde a pouca credibilidade que ainda lhe resta. Sobre a limpeza das ruas nas aldeias disse que é possível de se fazer mas é um serviço que tem que ser pago tal como acontece na sede do concelho onde a limpeza é taxada.

Sobre o saneamento nas aldeias de Ferral, Vila Nova e Sidrós referiu que antes das eleições tinha dito que não o faria e vai lá a cada passo e vai de cara lavada.

Finalizou dizendo que já tinha deixado o desafio para que as associações apresentassem soluções pois a Câmara estará disposta a fazer um esforço suplementar.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso perguntou qual a verba gasta nas festas do concelho e na última sexta 13 pois só assim se poderá refletir se o esforço de contenção foi tido em conta. Propôs, à semelhança de sessões anteriores que se criasse um regulamento para que os restaurantes consumissem produtos de terra como por exemplo a vitela e batata, já que são os restaurantes os que mais beneficiam e até que se dê um prémio aqueles que mais cumpram.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao interpelante dizendo que a despesa com as festas do concelho não chega aos 100 mil euros. Fizemos umas festas com dignidade. As festas concelhias não só os bailes e foguetes. Há

muita mais atividade paralela, na cultura e no desporto que também tem gastos.

Relativamente à sexta 13 disse que a relação com os restaurantes é muito delicada e que na última foi feito um relatório com vinte itens para ver qual o seu comportamento. A animação que a Câmara faz nos restaurantes é muito importante porque também é isso que atrai as pessoas. Referiu ainda que havia a promessa por parte da TVI de nesse fim de semana se fazer um espetáculo em direto, domingo toda a tarde, e que por essa razão o programa da sexta 13 foi prolongado para todo o fim de semana. A TVI acabou por cancelar o programa. Disse ainda que os restaurantes são todos os dias pressionados pela Câmara e eles próprios precisavam de mais formação para que servissem melhor, mas isso torna-se muito complicado. Terminou esta intervenção dizendo que era sua intenção convidar todos os membros da Assembleia Municipal a visitar as instalações do novo Centro Escolar, mas tinha acabado de receber a informação de que o Sr. Diretor respondeu que não tinha disponibilidade pessoal. Garantiu que ficaria para outra altura. E que, para a próxima irá lá sem lhe dizer nada, porque o edifício é da Câmara.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 - Proposta de lançamento da derrama e da definição da respectiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2012, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2013.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais disse que se devem tomar decisões mas podem ser tomadas mais do que uma de cada vez, como por exemplo: instituir-se a derrama e excluir-se da derrama as empresas sediadas em Montalegre. Era um incentivo, ainda por cima num concelho rodeado por concelho que não praticam derrama.

Disse que os argumentos apresentados pelo Presidente da Câmara são de peso mas aplicam-se em zonas desenvolvidas e em empresas de grande dimensão como é o caso da EDP e dos bancos.

Vê-se obrigado a votar contra a proposta nos moldes em que foi apresentada pelo Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta questão tem sido permanentemente levantada. Hoje menos se justifica fazer-se isto já que o país está com graves dificuldades. Só pedimos para o município é uma medida de solidariedade porque só é pedido às empresas que têm lucros e movimento acima de 150 mil euros por ano. Aqueles que ganham 500 euros não lhes é pedido nada. Não fazemos como o Governo!

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com seis votos contra.

4.3 – Proposta de fixação, para o ano de 2013, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do nº 2, do artigo 106º, da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Manuel Duarte.

O deputado Manuel Duarte disse que não concorda com esta proposta porque os postes são colocados nos terrenos particulares. Sente-se prejudicado duplamente porque paga os direitos de passagem e é-lhe retirada a possibilidade de cultivo dos próprios terrenos. Finalmente perguntou se a empresa DST paga.

O Senhor Presidente da Câmara disse que os terrenos privados são privados e só colocam lá alguma coisa se o privado deixar. Tem que se encontrar soluções dentro da lei. Sobre o serviço que está a fazer a DST disse que é resultado de um negócio público que beneficia poucas regiões do país, mas qualifica o município de Montalegre e ter um serviço destes neste concelho é para nós um privilégio. Esta empresa tem algum lucro porque o Estado pagou porque se fosse só com o lucro das pessoas que pagam a empresa não fazia o dinheiro que investiu.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

4.4 - Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2013.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Manuel Duarte.

O deputado Manuel Duarte disse que sabe que há muitas pessoas que não estão a pagar taxa de IMI. Sugeriu que se organizasse na Assembleia Municipal uma comissão para averiguar esses casos e obrigar toda a gente a pagar.

O Senhor Presidente da Câmara disse que há prédios que não estão a pagar e têm que pagar com a avaliação. Vamos aumentar o IMI. É bom que pague toda a gente, porque poderemos diminuir, sobretudo para os prédios novos e para os jovens que, mesmo pela taxa mínima, pagam muito.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

4.5 – Proposta de reorganização administrativa do território das freguesias do concelho de Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia e referiu que a Câmara apresentava aquela proposta que, quer o executivo, que o PS mantinham a disponibilidade manifestada na Câmara de obterem o acordo do PSD que andou a boicotar esta iniciativa e não se quer comprometer nem com uma coisa, nem com outra.

Sabem que eu não concordo com a lei, mas no que se refere ao concelho de Montalegre temos pouco argumentos para não juntar as freguesias, pois isso só acontece com as juntas com menos de 150 residentes.

Se querem que se privilegie a lei, que aponta para a sede do concelho, Padornelos, Cambeses e Mourilhe devem vir para a vila. Acho que até seria o melhor.

Se querem que se respeite a pronuncia das Assembleias de Freguesia então, respeite-se. Cambeses e Mourilhe juntam-se incluindo Donões. E se é assim porque é que não havemos de respeitar Padornelos que decidiu na Assembleia de Freguesia e em consulta informal à população, juntar-se a Meixedo?

Como o PSD não se decide, decidimos nós. Pela vontade das freguesias e das pessoas.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e Pedro Barroso.

O deputado António Cascais disse que este assunto é de alta responsabilidade e que tem de ser assumido em toda a sua plenitude. Disse que a sua intervenção seria o resultado de uma reunião do seu partido e que ele seria o veículo. Saudou a atitude do Partido Socialista ao estender o diálogo sobre esta matéria a todos os partidos. Referiu que o seu partido se aproximava da última proposta apresentada pela Câmara e que os critérios têm que ser para o geral e não para beneficiar A ou B. O critério usado é que para freguesias com menos de 150 habitantes tem de se unir a outra. Saudou também o deputado Pedro Barroso por ter trazido uma proposta de Reforma Administrativa, ainda que ousada, numa altura em que a Troika ainda não andava por cá. Pensa que a proposta dos 300 residentes, ainda que condicionada, pela distância à sede do concelho seria a mais indicada. Disse ainda que há outros critérios que deveriam ser tidos em conta como por exemplo a história, a cultura e tradições de cada freguesia. Pensa ainda que não se justifica que Cela e Sirvozelo pertençam a Outeiro. Fazia mais sentido se pertencessem a Paradela. Pensa que se deveria aproveitar esta oportunidade para se fazer alguns ajustamentos. Relativamente à proposta em concreto, disse que o PSD diverge em dois pontos. O primeiro ponto é que Padornelos deveria unir-se a Padroso e não a Meixedo como consta na proposta. A união das duas freguesias teria muitos mais residentes e a história, a cultura, as tradições e a proximidade deveriam ser tidas em conta. O outro ponto seria a freguesia de Contim devia unir-se a Covelães e Sezelhe e não a Paradela e Fiães do Rio. Assim teria sido tomado em conta a orografia e a continuidade geográfica das freguesias envolvidas. Há relações entre as populações que já vêm desde há séculos e que devem ser preservadas. Referiu ainda que a linha de fronteira da freguesia de Contim é em 90% com as freguesias de Covelães e Sezelhe. Pelo que sabe a junção apresentada na proposta não foi pacífica entre as pessoas porque mexe com sensibilidades e deve ser ouvida toda a população já que outras também foram e não pode contar só a opinião do presidente da Junta. Finalizou afirmando que o seu partido até poderia abdicar da situação de Contim apesar de achar que é uma aberração e o argumento que é utilizado de que pertencerá ao Parque Nacional da Peneda do Gerês ainda piora a situação. Em relação a Padornelos reforçou que deve manter-se como freguesia e deve agregar Padroso.

O deputado Pedro Barroso disse que sempre desejou que houvesse um grupo de trabalho que arranjasse consenso e que não fosse desta forma. Lamenta que não tenha havido uma discussão séria sobre o assunto. Entregou o seguinte documento à Mesa: "É lamentável que no nosso concelho não tenha

havido uma verdadeira discussão pública sobre este tema (reforma administrativa), sobretudo porque a Câmara e o partido que a sustenta não o quiseram. Talvez porque em termos políticos não era interessante pois, por um lado, esta reforma significa mexer em muitos lugares partidários e, por outro lado, sobra sempre a hipótese de acusar o Governo PSD de ser o responsável pelo fim das freguesias, ainda que o povo informado saiba que isso ficou definido no acordo com a Troika, também assinado pelo PS.

Também é lamentável que se afirme que este processo tem sido, no nosso concelho, "objeto de ampla divulgação", se é a primeira e única vez que o Município trás este tema à assembleia Municipal.

A nível local, os partidos da oposição, também não podem descartar a sua quota-parte de responsabilidade pelo obscurantismo que o tema mereceu.

Da minha parte, como deputado municipal independente, tentei várias vezes que houvesse esse debate e propus, ainda antes de "vir a Troika", a criação de um grupo interpartidário para provocar esse debate, auscultar as populações e, no final, apresentar uma proposta que fosse verdadeiramente uma reforma e que melhor servisse os interesses dos barrosões.

Como não consegui fiz o percurso de forma individual, sempre consciente que assim seria mais difícil e menos assertivo, mas não podia ficar passivo ou resignado, pois não me revejo nessa forma de estar. Apresentei uma proposta para 9 freguesias, que evoluiu (depois de ouvir muitas pessoas) para a que apresento hoje, e que assumo sem rodeios.

Seja qual for o resultado deste processo ele nunca será pacífico, mas acho que há que ter coragem de reformar para muitos anos. Pois não é compreensível que, por exemplo, freguesias como Tourém (151), Solveira (154), Outeiro (156), quem em 2011 tinham mais de 150 habitantes (ainda os terão?), se mantenham, e Paradela (145) e Sezelhe (144), entre outras, tenham de "acabar".

Também acho que não se podia ter perdido esta oportunidade de dotar a vila de Salto, sede da maior freguesia do concelho, com duas estruturas fundamentais como sejam a escola e o posto da GNR. Mas esta foi apenas mais uma prova do valor que o Presidente dá àquela freguesia do concelho, valor esse que os saltenses em breve lhe irão retribuir.

Acho ainda vergonhoso que se faça uma reforma administrativa e se permita que um pequeno lugar como a Gorda continue dividido em duas freguesias. Isto não devia ser possível no século 21, mas é permitido por este Município. Porque? Porque só existem lá cerca de 20 votos e o desinteresse é total.

Andamos a brincar às reformas administrativas e o próprio presidente concorda quando diz que é uma "reforma de fachada" e que esta "redução podia ainda ser maior caso o espírito da lei fosse cumprido". Apresentada a proposta, continuam a existir freguesias de um único lugar e de 150 habitantes. Lamentável. Como também é lamentável que ainda se acuse a oposição de falta de coragem.

Também o dito por não dito não lhe fica bem Sr. Presidente, pois andou um ano a propalar que apenas apresentaria uma proposta que fosse consensual entre todos os partidos, mas no final, à sua boa maneira, impôs a sua vontade. Diz que respeitou a opinião das pessoas, mas, como se pode perceber, respeitou apenas a opinião de algumas pessoas. Aproveito para solicitar a apresentação das pronúncias ou pareceres das Assembleias de Freguesia que serviram para a elaboração da sua proposta.

Sobre a proposta em si, parece-me totalmente incoerente pois não é equilibrada nem defende os mesmos princípios para todas as novas freguesias. Nuns casos defende que as freguesias que não cumprem os requisitos mínimos

devem agregar-se entre si. Parece-me que as únicas que não tinham esta possibilidade eram Fervidelas, Meixide e Pondras. Na proposta aparecem Padroso e Padornelos também a agregar-se a duas freguesias que cumprem os requisitos.

Defende também que as freguesias envolventes a Montalegre se devem juntar à sede do Concelho, mas depois na proposta vemos que apenas Padroso cumpre esse objetivo.

Diz o Sr. Presidente que a imposição da proposta tem a ver com o facto de não querer perder os 15% de aumento do FFF nas freguesias recém criadas, mas depois fica muita aquém do que era desejável e espectável para o concelho.

Também afirmou várias vezes que ia defender as freguesias e que a intenção era reduzir o mínimo que obriga a lei, mas depois em vez de reduzir pelo mínimo extingue mais uma.

Afirmou ainda na Assembleia Municipal de 9/12/2011 que sobre esta reforma “tem de haver um equilíbrio e não há desculpas para a falta de ideias, audácia e de trabalho”, e depois apresentam-nos isto. Assim mais vale ser a comissão técnica a decidir.

Por toda esta incoerência, mas sobretudo, porque penso que esta não é a solução que melhor serve os interesses do concelho, votarei contra esta proposta. Montalegre, 15 de setembro de 2012, O deputado municipal, Pedro Barroso”

O deputado Pedro Barroso apresentou a seguinte proposta de Reforma Administrativa à Mesa: CONCELHO DE MONTALEGRE, Proposta de Reforma Administrativa: Motivação e enquadramento da proposta:

Pouco mais de um ano após a intervenção externa, a nossa economia continua a mostrar que não tem verdadeiras bases de sustentação e ainda treme. O atual governo tem feito “das tripas coração” para tentar implementar medidas e reformas que criem uma verdadeira base de sustentabilidade, capaz de gerar crescimento, emprego e qualidade de vida. Claro que ter de tomar decisões acertadas com a guilhotina por cima é mais difícil. Mas estamos no tempo em que, mais do que palavras de circunstância, é preciso ação, coragem de decisão.

Há lacunas estruturais no nosso país demasiado evidentes, que pedem reformas urgentes tão impopulares quanto necessárias. Muitas delas estão em curso, para desespero de muitos, mas para o bem do futuro de Portugal. Uma das mais polémicas, por tocar em muitos políticos quase profissionais, é a reforma administrativa.

Foi já há quase dois séculos que ocorreu a última verdadeira reforma administrativa em Portugal, e é evidente que o país e o mundo mudaram radicalmente. Mudou a população, a sociedade, a economia, etc., mas a divisão administrativa do país manteve-se quase inalterável, com claro prejuízo para o nosso desenvolvimento. No final do séc. XIX, por exemplo, havia 290 municípios, atualmente são 308. Entretanto, apareceram o comboio, o automóvel, o telefone, a rádio, a televisão, o telemóvel e a Internet. As redes viárias desenvolveram-se. Urge pois encontrar uma nova forma de organização territorial também mais moderna e com novos modelos de gestão.

A agregação de freguesias, de municípios, a regionalização, serão peças fundamentais para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentado do país. Este governo, sob supervisão da *Troika*, está incumbido e obrigado a atuar. Os municípios estão agarrados a argumentos pouco válidos para travar esta reforma, pois mais não fazer do que esconder a sede de poder de pseudodemocratas, que ocupam lugares de governação há 20, 30, e até quase,

40, anos. No entanto, com muitas pressões, avanços e recuos, lá se conseguiu chegar à lei 22/2012 de 30 de Maio.

É inequívoco que as 4259 freguesias são excessivas para um país tão pequeno e com tão poucos recursos para gerir. Há que unir, agregar, extinguir freguesias. É claro que as outras medidas, também urgentes e necessárias, como a fusão de concelhos e a Regionalização, terão de acontecer. E esta proposta, bem como a lei 22/2012, não entra em conflito com uma reforma desse género que venha a ocorrer, bem pelo contrário.

A memória, a história e o património nunca estarão em causa com quaisquer reforma deste género. Portugal já sofreu várias. A história não é passado, a história faz-se a cada momento. A memória e o património perpetuam-se. Este é o momento de fazer história.

O artigo nº 9 da Lei 22/2012 declara no seu ponto nº 3 que a Agregação de freguesias não põe em causa o interesse da preservação da identidade cultural e histórica, incluindo a manutenção dos símbolos das anteriores freguesias.

A reforma administrativa não tem apenas por base critérios economicistas, nem assim o poderia ser. No entanto, é evidente a poupança de recursos quer financeiros, quer humanos, ao que se deve aliar uma maior capacitação (pela profissionalização) e responsabilização dos novos autarcas, bem como uma melhor operacionalização dos meios. Além disso, parece claro que a união torna as freguesias mais fortes e com maior poder de intervenção junto do governo e de outras instituições públicas e privadas, além de ajudar de forma radical na desburocratização da tomada de decisões.

A lei 22/2012 prevê mesmo, no ponto 4 do artigo nº 10, um aumento de 15% no Fundo de Financiamento à nova freguesia criada, até ao final do mandato seguinte à agregação. Parece pouco, mas se tivermos em conta que, atualmente, há 1600 freguesias que recebem menos de 25000 euros de FFF por ano, já faz pensar.

Além deste reforço de verbas, a reorganização fará mais sentido, e terá mais efeitos no desenvolvimento local e regional, se as novas freguesias também forem providas de um reforço de poder e competências, em detrimento do Governo central e das Câmaras. Só assim se poderá fazer um verdadeiro aumento de serviços públicos de proximidade aos cidadãos e combater a desertificação. Desertificação, essa, que não foi travada pelo facto de existirem muitas freguesias e municípios no interior.

Por outro lado, e neste interior, cada vez mais envelhecido e desertificado, com o atual modelo, torna-se quase impossível conseguir reunir um grupo de cidadãos, suficientemente esclarecidos e interessados, para formar listas (que respeitem a lei eleitoral) para compor os vários órgãos de gestão das freguesias. Por vezes essas listas são constituídas por vários elementos da mesma família, e acaba por vencer a lista da família maior e não aquela com as pessoas mais competentes, com conseqüente prejuízo para a democracia e para o desenvolvimento regional. Montalegre com cerca de 10 mil habitantes dispersos em 35 freguesias é disso um bom exemplo. Há mesmo três freguesias com menos de 150 eleitores, o que obriga a eleições por plenário, além de haver 13 com menos de 150 habitantes reais, segundo os censos 2011 e que, segundo a referida lei 22/2012, serão obrigadas a agregar-se entre elas ou a outras. A saber: Cambeses do Rio (130), Contim (87), Covelães (132), Donões (62), Fervidelas (85), Fiães (76), Meixide (88), Mourilhe (119), Padornelos (128); Padroso (106), Paradela (145), Pondras (134) e Sezelhe (144).

Penso mesmo que será, ao nível da democracia, que esta reforma trará mais vantagens, sobretudo, se for acompanhada de uma nova lei eleitoral autárquica que consagre os seguintes aspetos:

- Criar a opção de profissionalização do cargo de Presidente da Junta (ou de um outro membro da mesma, por impossibilidade deste e por sua delegação).
- Acabar com as remunerações dos outros membros que compõe a Junta para freguesias com menos de 5 mil habitantes (criando senhas de presença nas reuniões de freguesia no valor das senhas dos membros das assembleias).
- Impedimento de voto dos não residentes (segundo o estatuto de residente do INE), em eleições autárquicas.
- Listas candidatas devem incluir, obrigatoriamente, a maior percentagem possível de candidatos consoante os lugares que compõe a freguesia.
- Impedimento de presença nas listas candidatas, nos lugares elegíveis, de dois ou mais familiares diretos (irmãos, pais e filhos, avós e netos, marido e mulher).
- O referido reforço de poderes e competências.

Além da obrigatoriedade de agregação das freguesias com menos de 150 habitantes, a lei 22/2012, preconiza no ponto *c* do artigo 6, para os municípios de nível 3 (nível no qual Montalegre está incluído), uma redução de pelo menos 25% do número, ou seja, 9. No entanto, a redução mínima deveria ser 50% (18) para nos aproximarmos mais do cumprimento do artigo 8 da aludida lei, que recomenda um número mínimo de 500 habitantes nas freguesias dos municípios de nível 3.

A lei 46/2005, de 29 de Agosto, que impõe a limitação de mandatos aos autarcas, promete ser a maior lufada de ar fresco na nossa democracia desde o 25 de Abril de 1974. A sua máxima expressão ocorrerá nas eleições autárquicas de 2013, onde talvez mais de 75% dos presidentes de Câmara e Freguesia não se poderão recandidatar. E se isto pode parecer dramático em termos político-partidários, na prática oferece as condições ideais para a implementação da dita reforma administrativa, pois torna-a de mais fácil aceitação por partidos e ex-autarcas historicamente ligados ao poder.

Proposta: Assim, proponho a reorganização territorial e administrativa do concelho de Montalegre nas seguintes 16 freguesias (por indicação da nova sede): 1 -Cabril – mantém-se: 531* habitantes; 2 - Chã – Anexa totalidade do lugar da Gorda: 759* habitantes; 3 - Ferral – União das Freguesias de Ferral e Covelo do Gerês: 591* habitantes; 4 - Meixedo – União das Freguesias de Meixedo, Padornelos e Gralhas: 545* habitantes; 5 - Montalegre – União das freguesias de Montalegre e Padroso: 1924* habitantes; 6 - Morgade: União das freguesias de Morgade e Negrões: 404* habitantes; 7 - Mourilhe: União das freguesias de Mourilhe, Donões e Cambeses do Rio: 312* habitantes; 8 - Paradela: União das freguesias de Paradela, Outeiro e Fiães do Rio: 377* habitantes; 9 - Pitões das Júnias - União das Freguesias de Pitões e Tourém: 312* habitantes; 10 - Santo André: União das freguesias de Santo André e Solveira: 370* habitantes; 11 - Salto – União das freguesias de Salto e Venda Nova: 1728* habitantes; 12 - Sarraquinhos – União das freguesias de Sarraquinhos e Cervos: 572* habitantes; 13 - Sezelhe – União das freguesias de Sezelhe, Covelães e Contim: 363* habitantes; 14 - Viade de Baixo: União das freguesias de Viade e Fervidelas: 760* habitantes; 15 - Vila da Ponte – União das freguesias de Vila da Ponte, Pondras e Reigoso: 472* habitantes; 16 - Vilar de Perdizes – União das freguesias de Vilar de Perdizes e Meixide: 548* habitantes (* Valores de habitantes indicativos e segundo os Censos 2011).

A presente proposta já enuncia o número, sede e denominação das novas freguesias.

Nota justificativa: Esta proposta foi elaborada segundo os seguintes princípios:

- Equilíbrio: Esta proposta cria 16 freguesias, com condições e características bastante semelhantes exceto duas, maiores, criadas em torno das duas vilas do concelho, os dois maiores pólos de desenvolvimento do mesmo, conforme as indicações emanadas pelos pontos a e b do artigo nº 8 da aludida lei 22/2012.

O atual modelo é tão descabido e desproporcionado que permite ter no nosso concelho freguesias com 60 e 1800 habitantes, com um ou 22 lugares, com 5 ou 80 KM². É incrível como os opositores à atual reforma não conseguem, ou não querem, ver os desequilíbrios enormes que existem atualmente.

Nesta proposta, todas as novas freguesias possuem mais de 300 habitantes o que é o garante de estarmos perante uma reforma equilibrada, consistente e duradoura. Não pode ser aceitável nem é compreensível que, por exemplo, freguesias como Tourém (150), Solveira (154), Outeiro (156) que, segundo os censos 2011, tinham mais de 150 habitantes (mas que provavelmente atualmente já não os tem), se mantenham, e Paradela (145) e Sezelhe (144), tenham de "acabar", por união com outras, se forem apenas cumpridos os requisitos mínimos conforme o nº 2 do artigo 6 da lei 22/2012.

- Geográfico e orográfico: Esta proposta procura respeitar, o melhor possível, a geografia e orografia do concelho de Montalegre (desde montanhas, rios e vales). As novas freguesias criadas resultam também da união de freguesias limítrofes.

- Interesse comum: Agrega freguesias que atualmente se debatem com temas de desenvolvimento comum: Ex: Zonas protegidas, barragens, zonas de caça, escolas, pista automóvel, etc. Através deste e do anterior princípio será possível uma melhor gestão territorial e dos recursos.

- Histórico, etnográfico e cultural: Este documento foi elaborado procurando respeitar a história, cultura e etnografia das anteriores freguesias, unindo aquelas com maiores vínculos nestas áreas, inclusive algumas que antes já pertenceram a uma freguesia comum.

- Centralidade e distância à sede: As sedes das novas freguesias procuram ser, o mais possível, no centro das mesmas, ainda que este fator não seja considerado determinante, mas sim um índice de desenvolvimento económico e social mais elevado, um maior número de habitantes e uma maior concentração de equipamentos coletivos. Ainda assim, penso que caberá os munícipes das novas freguesias decidirem futuras novas localizações para a sua sede.

O argumento da distância para os centros de decisão é facilmente rebatido, pois não consta que nas atuais freguesias de um só lugar os munícipes sejam melhor servidos pelos membros da Junta. O desenvolvimento das freguesias, também é fácil de provar, não é proporcional à distância dos cidadãos à sua sede. Este argumento, visto ao contrário, podia levar à divisão das freguesias maiores do concelho.

A aproximação do estado aos cidadãos faz-se "colocando" os mais capazes, os mais competentes, à frente de juntas de freguesias com mais recursos e mais poderes.

- Rodoviário: Foi tida em conta, na elaboração desta proposta, a existência de vias de ligação entre os vários lugares das novas freguesias, nomeadamente em relação à sede.

- Lei 22/2012 de 30 de maio: Além dos pontos já referidos, esta proposta procura cumprir os objetivos plasmados no artigo 2 da referida lei nº 22/2012, designadamente:

a) Promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local;

b) Alargamento das atribuições e competências das freguesias e dos correspondentes recursos;

- c) Aprofundamento da capacidade de intervenção da junta de freguesia;
 - d) Melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade prestados pelas freguesias às populações;
 - e) Promoção de ganhos de escala, de eficiência e da massa crítica nas autarquias locais;
 - f) Reestruturação, por agregação, de um número significativo de freguesias em todo o território nacional, com especial incidência nas áreas urbanas.
- Vontade das populações.
 - Bom-senso.

Definição e delimitação dos limites territoriais das freguesias: Conforme consta do ponto d' do artigo nº 11, da referida lei, que alude à Pronúncia da assembleia municipal, as novas freguesias resultantes desta proposta absorvem o território, e os seus limites, das freguesias das quais resultaram por união/agregação.

A freguesia da Chã absorve, nesta fase, apenas o território correspondente ao perímetro urbano do Lugar da Gorda, conforme melhor consta do Plano Diretor Municipal. Numa fase posterior este limite deve ser objeto de um estudo e proposta específicos.

As restantes freguesias, por se manterem inalteráveis, mantêm o seu território e limites conforme a atualidade.

Disposições finais: Trata-se de uma proposta séria, equilibrada e desprovida de quaisquer interesses político-partidários. Foi o resultado de muito trabalho, estudo e auscultação do verdadeiro povo barrosão, na minha atividade diária.

Esta proposta, depois de retificada e aprovada em Assembleia Municipal, será enviada para a Assembleia da República, como Pronúncia do Município de Montalegre, para posterior deliberação, conforme o artigo nº 11 da lei 22/2012, e execução da necessária reforma administrativa de Portugal.

A acompanhar esta proposta deve ser entregue na Assembleia da República a respetiva ata da assembleia que a aprovou. Montalegre, 15 de Setembro de 2012, o deputado municipal, Pedro Barroso.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que todas as propostas são legítimas. Começou por dizer que o deputado António Cascais lhe fez lembrar o Partido Comunista, que em certas reuniões, de tanto falarem, cansavam o pessoal e eles conseguiam manobrar e obter os votos que queriam.

Disse que ouviu muita gente por todo o concelho e fora dele para chegarem a estas duas soluções. Foi tudo bem pensado e ponderado e deu abertura total para que houvesse acordo com o PSD.

Se calhar o ideal era ter menos cinco ou seis freguesias mas a questão não é essa, não é essa a lei que está a ser discutida. Temos que ser objetivos e práticos e realçar que as freguesias não acabam, os limites mantêm-se. O órgão de gestão é que é comum.

Disse que não quer que fique a ideia que o PSD queria resolver este problema pois andou imenso tempo a boicotar o assunto.

Disse que é uma proposta equilibrada, mantêm a proximidade, mantêm as freguesias rurais, mantêm alguns interesses eleitorais e partidários e essencialmente a participação democrática.

Disse que foi criticado muitas vezes mas conforme a Câmara ia discutindo este assunto, ia publicando no site da Câmara. Não era um assunto secreto e a proposta apresentada não é dele. É aquela que mais respeita a vontade das pessoas.

Deliberação: A proposta da Câmara foi aprovada por maioria com oito votos contra e trinta e cinco votos a favor.

4.6 – Alteração aos documentos previsionais, ano 2012. Para Conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

O deputado António Cascais disse que se iria abster porque os documentos que lhe tinham sido entregues era muito extensos e que sem uma leitura cuidada não poderia tomar uma posição.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.7 – Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Montalegre, aprovado para o ano de 2012 / criação de 12 postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, destinadas a assegurar as atividades de enriquecimento curricular (AEC), nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico do Agrupamento de Escolas de Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com oito abstenções.

4.8 - Proposta de abertura de procedimento concursal destinado à contratação excecional de doze técnicos, em modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, destinadas a assegurar as atividades de enriquecimento curricular (AEC), nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico do Agrupamento de Escolas de Montalegre, ano letivo de 2012-2013.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com oito abstenções.

5 – Período após a ordem do dia.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público e o Prof. Carvalho de Moura pediu a palavra.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, convencido que este iria fazer uma intervenção sobre o assunto da fusão das freguesias e já que a sua aldeia estava envolvida em alguma polémica, concedeu-lhe a palavra.

O Prof. Carvalho de Moura disse que na passada Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Rodrigues, tinha produzido, neste fórum, afirmações indiretamente a ele dirigidas que não podiam passar sem a devida resposta. Tudo teve origem numa carta escrita por um assinante de Braga, publicada no Notícias de Barroso, que, censurando as ausências do Presidente da Câmara de Montalegre, chegava ao ponto de pedir que ele se demitisse. Na qualidade de diretor do jornal e responsável pela redação deu destaque à frase "O Presidente da Câmara deve pedir demissão", colocando-a em subtítulo. A reação do senhor Presidente da Câmara não podia ter sido, pior tanto na Assembleia Municipal, como, de seguida, num artigo de opinião publicado no Correio do Planalto com pseudónimo de José da Costa, proferindo insultos e mentindo ao povo de Barroso. Desde o caso de dizer "burro velho não toma andadura" até o tratar por Toni Silva ao primeiro presidente eleito depois da revolução dos cravos. Caso a merecer juízo nos tribunais. É inacreditável que por um caso tão insignificante, o responsável máximo de um concelho tenha descido tão baixo e mostrado a sua verdadeira personalidade. Todas as pessoas têm o direito a ser tratadas respeitosamente e o Senhor Fernando Rodrigues ignora este valor inerente a uma convivência social sadia. Não se devia esquecer que o Carvalho de Moura foi eleito em quatro sufrágios, tantos quantos o Senhor Fernando, e em dois deles com o partido já dividido ao contrário do Sr. Fernando que necessitou da ajuda do inimigo para ganhar em 2005. Ou seja: afinal há lugar para mais um incompetente na Câmara. No que toca ainda a insultos, o Senhor Fernando Rodrigues tratou-me ainda por Toni Silva. Mas quem é conhecido e tratado por Pinoché é o Sr. Fernando Rodrigues e perde na avaliação. Toni Silva faz ou fez teatro e palhaçadas, mas o presidente é um Pinoché, matou ou mandou matar. Assim é a conduta do atual Presidente da Câmara de Montalegre. Assente na instauração do medo e do monopólio da sua vontade ditatorial. Depois o Sr. Fernando Rodrigues foi ao baú da sua fértil imaginação desenterrar eventuais casos passados há 30 anos. Disse nesta Assembleia Municipal e no Correio do Planalto que eu ele tinha ido passar férias à Califórnia com a desculpa de ter ido assistir à eleição da Miss Cabrilho. Afirmou que era mentira. Nunca tinha assistido a nenhuma eleição da Miss Cabrilho e também nunca tinha passado férias na Califórnia. Foi duas vezes a esse Estado da Ocidental América. A primeira de duração de três dias e três noites em San Diego para assistir ao Cabrilho Festival de um ano que já se me lembra, em representação do concelho de Montalegre quando Montalegre começou a reivindicar a naturalidade de João Rodrigues Cabrilho. A segunda vez, foi numa excursão na qualidade de convidado ele e a esposa a expensas próprias, e com passagem para Las Vegas passou um dia e uma noite em S. Francisco. Era portanto, mentira tudo o que aqui se afirmou. Tanto aqui na Assembleia Municipal como no Correio do Planalto fez um destaque à sua família quando disse que ele ia a Lisboa passar os fins de semana com o filho. Disse ao senhor Presidente da Câmara para que não se meter com a sua família. Que deixasse o seu filho em paz porque aos cuidados da sua irmã mais velha não tinha vagar, para ir passar fins de semana a Lisboa. Ele que até foi o melhor aluno do Colégio Moderno do 7º ano no ano letivo 1990/1991, tal como atesta uma placa a ele oferecida pela Dra. Maria Barroso em sessão solene da instituição. Referiu dizendo ao senhor Presidente para não se meter mais com a sua família porque não lhe devia nada. Que era pobre mas era honrada. Referiu, mais uma vez lhe digo: não se meta mais com a minha família senhor Presidente da Câmara porque os barrosões não perdoam ataques à dignidade e honra. Os nossos caminhos estão pejados de cruces a maior parte resultantes

da lavagem de honra de pessoas de bem e nós somos humanos como todos esses que caíram nesse tipo de desespero. Não se meta comigo porque já sabe o que lhe acontece. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos deputados e disse que se passeia na rua de cabeça bem levantada pelo trabalho realizado de que muito se orgulha nos 14 longos anos e difíceis anos subsequentes à revolução do 25 de Abril. Altura em que a autarquia não tinha estruturas e as verbas eram muito escassas e sem apoios externos. Nunca fui galo de capoeira, pelo contrário, levou o nome do concelho a todos os fóruns regionais e nacionais e com presença ativa pois fez parte, Montalegre fez parte, dos órgãos diretivos da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional dos Autarcas Sociais Democratas. Estabeleceram-se relações fortes com os concelhos vizinhos cujas amizades ainda perduram, malgrado a diversidade de ideais políticos. O mesmo aconteceu com os vizinhos concelhos Galegos por donde Montalegre se abriu ao Mundo. Também não praticou gestão de merceiro. Deixou obra que o atual presidente não consegue ignorar e um plano de desenvolvimento da Vila e do Concelho que não foi aproveitado. Hoje infelizmente Montalegre nem tem plano nem tem desenvolvimento. Também nunca andei às cavalitas de ninguém. Tudo resultou de mérito, trabalho e sacrifícios, dedicação e paixão por servir este grande concelho.

O Senhor Presidente da Câmara chamou o Prof. Carvalho de Moura quando este ia a sair da sala. Disse para que não fugisse e para não ser covarde.

Disse que não acreditava no que tinha acabado de ouvir e que não deveria responder porque foi ultrajante e grave demais aquilo a que se assistiu. "Tanto queria ser candidato do PSD, que até a isto se sujeita! Este senhor não sabe o lugar que ocupava. Nem o mínimo de decoro. Fez uma figura triste que nos envergonha a todos.

Aproveitou a normal condescendência do senhor Presidente da Assembleia Municipal para com um ex-presidente de Câmara para, utilizando as suas palavras, fazer desta assembleia um "bordel".

Devia saber, um ex-presidente devia saber, que esta tribuna, a palavra do público nesta Assembleia, é para colocar assuntos gerais, de interesse público.

Assim, faltou ao respeito ao senhor Presidente da Assembleia Municipal ao trazer aqui um assunto tão privado e particular, ao trazer aqui um vômito nojento, pessoal, de ódio, rancor e vingança.

Que não prestava, já eu sabia, mas que fosse capaz de descer tão baixo, não imaginava. Um ex-presidente pedir a palavra para insultar de forma tão vil, para caluniar, e mais, para ameaçar, neste tom e nesta forma, ninguém imaginaria.

Olhe, disse, você é um homem que não tem palavra. Dizia uma coisa há seis meses e diz o contrário agora. Não presta para nada.

Fez os maiores ataques, até pessoais, ao Dr. Pires, quando este o derrotou, e fartou-se de o criticar, quer no seu trabalho, quer na sua personalidade. Hoje diz o contrário.

Há um ano, há dois e há três, para destruir o seu partido, estou a ver agora, fazia os maiores elogios à minha gestão e criticava a direção do PSD local. Desde que andou a mendigar a ida a Nanterre paga pela Câmara, sem sucesso, tudo mudou e a minha ação à frente do concelho, reeleito sempre com mais votos que no mandato anterior, é um desastre, diz você.

A gente desta, que muda como o vento, e sem razão aparente, chama-se homem sem palavra.

Mais do que isso, Prof. Carvalho de Moura perdeu o respeito por si próprio, pelo seu lugar de ex-presidente, por isso não admira que o tenha perdido pelo atual presidente do município, pela Câmara e pela Assembleia Municipal.

Mas era preciso ser muito mau para estar aqui mais de duas horas à espera e dizer o que disse. É preciso ser muito mau para fazer, repetidamente, a ameaça que fez.

Mentiu no artigo que publicou no seu jornal. Não averiguou as acusações. Podia ter perguntado para a Câmara e não o fez. Portanto fez isso de forma consciente e premeditada. Para ofender, para denegrir e para achincalhar o presidente. E depois não gostou da resposta, reagiu de forma primitiva, mostrando bem o seu caráter.

Disse que eu tinha colocado a sua "dignidade em causa", com as verdades. Mas, ao dizer que eu não trabalhava, que não representava a Câmara com dignidade, que é que você fez?

E disse agora que queria ser tratado "respeitosamente". Compreendo a sua angústia, disse, mas não faz nada para isso. Mas como é que tratou o presidente da Câmara nesse artigo?

Admito que tinha tido a "ajuda do inimigo" como você próprio se classificava, para ganhar as eleições. E isso é que nos distinguia também. Nunca faria ao meu partido o mal que você fez ao seu. Conseguiu combatê-lo, descredibilizá-lo e destruí-lo!

E olhe, sobre o seu trabalho à frente da Câmara, que você elogiou porque ninguém o faz fique só com estas duas medalhas: a sua própria aldeia, ao fim desses seus "gloriosos" anos de edil, sabe como a deixou? Sem saneamento, sem ruas e sem água. Tive que fazer eu tudo.

A outra ainda mais vergonhosa. Você esteve na Câmara tanto tempo como eu na presidência, 14 anos, diz você. E sabe como deixou a vila, os cafés, os restaurantes e todo o comércio, as escolas, as casas, as pessoas? Com água duas por dia! Tenha vergonha!

Foi por isso que foi corrido pelo povo num concelho que era 70% do PSD. E foi você que entregou a Câmara ao PS. Esse mérito lhe reconheço. E depois não ficou contente, ainda andou a acabar de destruir o pouco que deixou do seu partido.

Senhor Presidente, senhores membros da Assembleia, peço desculpa, provavelmente não deveria ter respondido, porque este senhor há muito que se sujeitou ao desprezo de toda a gente, a começar pelo seu próprio partido, como sabemos. Mas perante tão grave ameaça, que me pareceu pensada, até porque foi repetida, e porque não há razões que a justifiquem, nunca haverá de um homem digno, somente por isso, achei que deveria dar uma explicação ao senhor professor Carvalho de Moura para ele meditar e recuar, e para me explicar perante todos vós.

E lamento este triste episódio que me envolve pessoalmente. Mas tinha que responder porque é sobretudo a instituição que foi posta em causa. E com certeza que, em nome das instituições que represento, e para procurar proteção relativamente às ameaças, pedirei responsabilidade e todas as consequências dos insultos, calúnias e ameaças de que foi vítima o presidente da Câmara, aqui nesta Assembleia Municipal.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 92º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Joaquim Lopes Pires

O 1º Secretário

Manuel António Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Fernandes Caldas Vinhas